

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS
17:00 HORAS.

ATA Nº 143 - “B”

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO SILVAL BARBOSA (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO EVERALDO SIMÕES (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Invocando a proteção de Deus, fonte inesgotável de sabedoria e Justiça, e havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido os nobres Deputados Silval Barbosa e Everaldo Simões para assumirem a 1ª e a 2ª Secretarias.

(OS SRS. DEPUTADOS SILVAL BARBOSA E EVERALDO SIMÕES ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 NOVEMBRO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofício nº 168/99, do gabinete do Deputado Murilo Domingos, em resposta aos Ofícios nºs 2.615/99 e 2.562/99, que encaminharam proposições de autoria dos Deputados José Carlos Freitas e Pedro Satélite; Ofício nº 1.735/99, do Tribunal de Justiça, em resposta ao Ofício nº 2.721/99, que encaminhou proposição de autoria do Deputado Riva; Ofício nº 2.039/99, da Secretaria de Estado de Infra-estrutura - DVOP, em resposta à Indicação nº 767/99, de autoria do Deputado José Carlos Freitas; Ofício nº 2.038/99, da Secretaria de Estado de Infra-estrutura - DVOP, em resposta à Indicação nº 107/99, de autoria do Deputado José Carlos Freitas; Ofício nº 2.043/99, da Secretaria de Estado de Infra-estrutura - DVOP, em resposta ao Ofício nº 722/99; Ofício nº 096/99, da Associação Comercial de Cuiabá, em agradecimento ao envio da cópia da Ata da Audiência Pública que discutiu o Projeto de Lei nº 210/99; Ofício nº 1.380/99, da Casa Civil, em resposta à Indicação nº 825/99, de autoria do Deputado Carlos Brito; Ofício nº 1.379/99, da Casa Civil, em resposta à Indicação nº 719/99, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo; Ofício nº 1.378/99, da Casa Civil, em resposta à Indicação nº 716/99, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo; Ofício nº 1.377/99, da Casa Civil, em resposta à Indicação nº

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

746/99, de autoria do Deputado Carlão Nascimento; Ofício nº 1.376/99, da Casa Civil, em resposta à Indicação nº 687/99, de autoria do Deputado Carlão Nascimento; Ofício nº 1.375/99, da Casa Civil, em resposta à Indicação nº 729/99, de autoria do Deputado Amador Tut; Ofício nº 1.374/99, da Casa Civil, em resposta à Indicação nº 146/99, de autoria do Deputado Amador Tut.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAÍPO) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o Deputado Everaldo Simões.

O SR. EVERALDO SIMÕES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar duas Indicações de nossa autoria:

1ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Justiça e Defesa da Cidadania, a necessidade da criação e implantação da Delegacia Regional de Polícia Judiciária Civil, em Vila Rica.

Com fundamento no Art. 254 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, após ouvido o soberano Plenário, proponho à Mesa Diretora seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Justiça e Defesa da Cidadania, mostrando a necessidade da criação e implantação da Delegacia Regional de Polícia Judiciária Civil, em Vila Rica.

JUSTIFICATIVA

O Município de Vila Rica, situado no extremo Nordeste do Estado, avança rapidamente rumo ao desenvolvimento agroindustrial, polarizando em seu território várias agroindústrias, tais como: frigoríficos, empresas de beneficiamento de madeiras, etc. Possui um povo ordeiro e responsável, mas o Município faz fronteira com o Sul do Pará e com o Estado do Tocantins, região onde o conflito pela posse da terra é corriqueiro.

Também, podemos citar os grandes contingentes de trabalhadores rurais que são contratados fora do Estado e que para lá se dirigem para trabalhar nas grandes fazendas do município. Todo esse agrupamento de pessoas reunidas numa mesma região, muitas vezes trabalhando por subsalários, criou recentes conflitos, aumentando, sobremaneira, o índice da criminalidade no município.

Por isso, estamos indicando ao Governo do Estado, através de sua Secretaria de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, que crie e implante, em Vila Rica, a Delegacia Regional de Polícia Judiciária Civil.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de novembro de 1999.
Deputado EVERALDO SIMÕES - PMDB.

2ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Comandante-Geral da Polícia Militar, a necessidade de se criar e implantar uma Companhia Independente da Polícia Militar no Município de Vila Rica.

Com fundamento no Art. 254 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, após ouvido o soberano Plenário, proponho à Mesa Diretora seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Comandante-Geral

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

da Polícia Militar, mostrando a necessidade de se criar e implantar uma Companhia Independente da Polícia Militar no Município de Vila Rica.

JUSTIFICATIVA

Vila Rica é o município que mais cresce na região Nordeste do Estado de Mato Grosso por sua localização privilegiada. Fazendo fronteira com o Sul do Pará e Oeste do Tocantins se transformou rapidamente em um pólo de desenvolvimento agroindustrial e comercial, só que essa localização privilegiada, que trouxe o progresso, também gerou uma onda de criminalidade sem precedentes na história recente do município.

O conflito pela posse da terra, os assentamentos, ainda desestruturados, os trabalhadores rurais das grandes fazendas, que vivem do subemprego e a da migração de marginais dos três Estados fronteiriços, têm apavorado a população ordeira e pacata de Vila Rica.

Por isso, indicamos ao Governador do Estado e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso a criação e implantação da Companhia Independente da Polícia Militar em Vila Rica, com o objetivo de garantir o funcionamento dos serviços de segurança nessa região do Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de novembro de 1999.
Deputado EVERALDO SIMÕES - PMDB.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar algumas proposições:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Sr. Diretor-Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas-DVOP, ao Exmº Sr. Senador Carlos Bezerra, ao Exmº Sr. Deputado Federal Pedro Henry e à INFRAERO, a necessidade de se alocar recursos para a implantação de um aeroporto, com pista pavimentada, no Município de Colíder.

Nos termos do Capítulo II, do Título V, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Sr. Diretor-Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas-DVOP, ao Exmº Sr. Senador Carlos Bezerra, ao Exmº Sr. Deputado Federal Pedro Henry e à INFRAERO, mostrando a necessidade de se alocar recursos para a implantação de um aeroporto, com pista pavimentada, no Município de Colíder.

JUSTIFICATIVA

Somos todos sabedores da importância do Município de Colíder no cenário mato-grossense, sendo pólo regional em pleno e pujante desenvolvimento agroindustrial.

Em razão disso, o aeroporto de Colíder recebe mensalmente grande número de aeronaves, dentre elas as que diariamente prestam serviços aos bancos e às indústrias ali estabelecidas, além das utilizadas por agropecuaristas, proprietários de terras naquele município, e outros mais que têm interesse em conhecer e adquirir terras na região, sendo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

que a atual pista de pouso não oferece segurança àqueles que dela necessitam, pois de terra e cheia de desníveis.

Com a implantação de um aeroporto com pista pavimentada no Município de Colíder, além do fator importante da segurança, esta poderá ser homologada e aí fazer parte do itinerário de empresas de transporte aéreo regional, aumentando consideravelmente o tráfego aéreo.

Diante do exposto, confio nos meus Pares para a aprovação da presente Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de novembro de 1999.
Deputado SILVAL BARBOSA - PMDB.

2ª) VOTO DE CONGRATULAÇÕES: Nos termos do Artigo 272, alínea “i”, da Consolidação do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja registrado nos anais e encaminhado às autoridades constituídas e população do Município de Novo Mundo Voto de Congratulações, na seguinte forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO manifesta seus mais efusivos Votos de Congratulações pela passagem dos 04 anos de emancipação política do Município de Novo Mundo.

Novo Mundo situa-se a 750 quilômetros ao Norte de Cuiabá, Região Sul da Bacia Amazônica, com, aproximadamente, 5.516 habitantes. Surgiu no ano de 1979, quando se iniciou a procura pelo ouro, ocasião em que se verificou um grande fluxo de famílias à região. Com o passar do tempo, Novo Mundo deixou de ser apenas uma cidade garimpeira, tornando-se um promissor pólo agropecuário.

Da lavoura dos pioneiros e da continuidade desbravadora de seu povo ordeiro e trabalhador, Novo Mundo ocupa em nosso Estado lugar de destaque com sua economia.

Das diversas conquistas obtidas pelo idealismo desse valoroso povo, destaca-se a criação do Município pela Lei nº 6.685, de 17 de novembro de 1995, dando amparo e fortalecimento ao mesmo junto às esferas estadual e federal.

Cabe-nos congratular as autoridades constituídas do município e, em especial, sua população, que é o sustentáculo desse progressista município.

Aos administradores, aos legisladores e ao valoroso povo de Novo Mundo externamos nossos votos de congratulações.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de novembro de 1999.
Deputado SILVAL BARBOSA - PMDB.

Proíbe o uso de armas de fogo por servidores do IBAMA, SEMA e FEMA, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governo do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica proibido o uso de armas de fogo por servidores do IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, SEMA-Secretaria Estadual do Meio Ambiente e FEMA-

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Fundação Estadual do Meio Ambiente, quando da realização de ação fiscal, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente, honrados Pares, compete aos fiscais da SEMA, da FEMA e do IBAMA a fiscalização e autuação de eventuais infratores da Legislação Ambiental. No entanto, estes vêm atuando munidos não só de seus autos de infração, mas, sim, de armas, com o objetivo de intimidar e humilhar aqueles que estão apenas trabalhando.

Ocorre que o Estado vem enfrentando uma onda de violência que atemoriza toda a sociedade, a ponto de fazer com que algumas famílias abandonem tudo para retornar aos seus Estados de origem.

Esta violência tem sido a responsável pela destruição das famílias, pela desestruturação das empresas e pelo fracasso das áreas cuja atividade econômica principal está baseada na exploração vegetal, mineral ou pesqueira.

Quando um dos mencionados fiscais autua eventuais infratores da Legislação Ambiental, não se faz necessário munir-se de pesado armamento, que, além de causar constrangimento físico, age de forma contundente no emocional, provocando distúrbios que chegam a levar o cidadão honesto, trabalhador e que contribui para o processo de desenvolvimento de nosso Estado a uma reação que, por certo, resultará em tragédia, como tantas que têm servido de manchetes sanguinárias em nossa imprensa.

A nossa proposta visa a melhorar o desempenho da fiscalização e à conscientização dos empresários e trabalhadores que vivem da pesca ou da extração vegetal ou mineral, dando oportunidade de emprego para inúmeras famílias que dependem destas atividades.

Por estas razões, espero de meus Pares o apoio a esta minha propositura que tem por objetivo:

- a) diminuir a violência;
- b) valorizar o empresário e o trabalhador; e
- c) oportunizar mais empregos aos mato-grossenses.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de novembro de 1999.
Deputado SILVAL BARBOSA - PMDB.

A discussão aqui no Estado tem se referido à agressão que a Fiscalização do IBAMA vem fazendo no Estado de Mato Grosso, coagindo os empresários e trazendo, assim, um transtorno muito grande. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar quatro Indicações:

1ª) Indica ao Exmº Sr. Diretor de Relações Institucionais da TELEMAT S/A, José Sampaio de Medeiros, a necessidade da ampliação da Central de Telefonia, para atender o Bairro Jardim das Palmeiras, no Município de Campo Novo do Parecis.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Diretor de Relações Institucionais da TELEMAT S/A, José Sampaio de Medeiros, mostrando a necessidade da ampliação da Central de Telefonia para atender o Bairro Jardim das Palmeiras, no Município de Campo Novo do Parecis.

JUSTIFICATIVA

A ampliação da Central de Telefonia no Município de Campo Novo do Parecis tem o intuito de beneficiar o Bairro Jardim das Palmeiras, que, por se tratar do maior bairro do município, tem sofrido com a falta de uma rede telefônica condizente com seu tamanho.

Essa ampliação visa atender não apenas as redes de telefones particulares, mas também a pública, com “orelhões”, pois trata-se de um bairro onde residem mais de 800 famílias, mesclando todos os níveis socioeconômicos.

Salientamos que a presente Indicação conta com o apoio dos Srs. Valentin Bondespacho Santana, Presidente do Bairro Jardim das Palmeiras, e Mário Antônio Biava.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de novembro de 1999.
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

2ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura, ao Sr. Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e ao Sr. Diretor de Distribuição da Rede/CEMAT, a necessidade da extensão em 36 quilômetros de rede elétrica trifásica 34,6kv, com torres de rebaixamento, atendendo 82 famílias do Assentamento Paloma, Município de Campo Novo do Parecis.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura, ao Sr. Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e ao Sr. Diretor de Distribuição da Rede/CEMAT, mostrando a urgente necessidade da extensão em 36 quilômetros de rede elétrica trifásica 34,6kv, com torres de rebaixamento, atendendo 82 famílias do Assentamento Paloma, Município de Campo Novo do Parecis.

JUSTIFICATIVA

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associações dos Produtores Rurais de Campo Novo do Parecis, situado na região norte mato-grossense, congrega mais de dois mil sócios, trabalhadores rurais, com apoio do Governo Federal, Estadual e Municipal, tendo viabilizado o assentamento de 134 famílias nos Projetos de Guapirama e Paloma.

Dentro do projeto de assentamento, a geração de emprego e renda constitui prioridade nos três níveis de governo, e o estímulo à ampliação de assentamentos rurais constitui uma alternativa de grande alcance socioeconômico; para tanto, faz-se necessário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

oferecer condições de infra-estrutura para que as famílias assentadas se fixem na terra e, com seus labores, façam-nas produzir.

O grande problema enfrentado pelas famílias do Assentamento Paloma é a falta de energia elétrica, fato que vem emperrando o desenvolvimento das metas estabelecidas pela comunidade, tais como: irrigação, suinocultura, avicultura, confinamento e agroindústria.

Visando solucionar esse grave problema e evitando o êxodo rural pela falta de infra-estrutura na zona rural é que apresentamos a presente Indicação, para que seja ampliada em 36 quilômetros a rede elétrica trifásica 34,6kv, com torres de rebaixamento, atendendo 82 famílias, através do Projeto Paloma, Município de Campo Novo do Parecis.

Salientamos que a presente Indicação conta com o apoio dos Srs. Gerson Castro Marques, Presidente da Associação Assentamento Paloma; Clóvis Antônio de Paula, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Novo do Parecis, e Mário Antônio Biava.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares, para que este pleito alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de novembro de 1999.
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

3ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esporte e Lazer, a necessidade da construção de um centro poliesportivo no Bairro Boa Esperança, Município de Campo Novo do Parecis.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esporte e Lazer, mostrando a urgente necessidade da construção de um centro poliesportivo no Bairro Boa Esperança, Município de Campo Novo do Parecis.

JUSTIFICATIVA

O esporte é um conjunto de atividades físicas, esportivas, recreativas e de lazer, e deve ser garantida a todos os segmentos sociais a possibilidade de acesso às práticas desportivas em quaisquer de suas manifestações: educacional, de participação e de rendimento.

O exercício físico é de extrema importância para a saúde dos indivíduos. Segundo pesquisas realizadas, ficou comprovado que a maioria de crianças e adolescentes que praticam esportes com assiduidade ficam longe do caminho das drogas.

Com o objetivo de oferecer um local apropriado para a prática desportiva/recreativa, bem como a realização de reuniões, espetáculos e quaisquer outras atividades sociais organizadas pela comunidade, é que apresentamos a presente Indicação para que seja construído um centro poliesportivo no Bairro Boa Esperança, Município de Campo Novo do Parecis.

Salientamos que a presente Indicação conta com o apoio do Sr. Adilson Roque Teixeira, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Boa Esperança.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de novembro de 1999.
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

4ª) Indica ao Exmº Sr. Prefeito de Várzea Grande, Jaime Veríssimo de Campos, com cópias aos Exmºs Srs. Secretários de Governo Municipal, João Bosco da Silva, e de Viação e Obras, Luiz Celso M. de Oliveira, a necessidade de efetuar iluminação pública, bem como recuperação asfáltica/sinalização e a construção de acostamento da Av. Eduardo Gomes, que dá acesso ao Bairro Capela do Piçarrão, Município de Várzea Grande.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requieiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Prefeito de Várzea Grande, Jaime Veríssimo de Campos, com cópias aos Exmºs Srs. Secretários de Governo Municipal, João Bosco da Silva, e de Viação e Obras, Luiz Celso M. de Oliveira, mostrando a urgente necessidade de efetuar iluminação pública, bem como recuperação asfáltica/sinalização e a construção de acostamento da Av. Eduardo Gomes, que dá acesso ao Bairro Capela do Piçarrão, Município de Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

Um dos bairros mais antigos de Várzea Grande, formando-se a partir da instalação da Sesmaria de Capão de Pequi, com sítios de escravos, é a Capela do Piçarrão.

Por volta de 1910, apenas umas quinze casas existiam na Capela do Piçarrão, mas o povoado cresceu para mais de dois mil habitantes. Esse bairro é cortado pela estrada-tronco que leva ao Município de Nossa Senhora do Livramento, e se localiza entre os bairros Jardim Primavera e 15 de Maio.

Atualmente, os problemas que afligem todos os moradores da Capela do Piçarrão são a falta de iluminação pública, acostamento e sinalização na principal avenida que dá acesso ao bairro, ou seja, Av. Eduardo Gomes. Essa falta de infra-estrutura vem prejudicando vultosamente as pessoas que transitam diariamente por essa localidade, correndo sérios riscos de serem assaltadas no período noturno, devido à escuridão que toma conta de toda a extensão da avenida.

Preocupados com a atual situação, apresentamos a presente Indicação no sentido de que seja providenciada, com a máxima urgência, a iluminação pública, recuperação asfáltica/sinalização e construção do acostamento da Av. Eduardo Gomes, que dá acesso à Capela do Piçarrão.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de novembro de 1999.
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para convidar V. Exª, aproveitando a realização de Audiência Pública para discutir o PPA, sexta-feira, na cidade de Barra do Bugres, como membro e Presidente da Comissão da Agropecuária, Indústria e Comércio desta Casa - peço que a Mesa Diretora convide os colegas Deputados - para irmos juntos, sexta-

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

feira à tarde, visitar, ali na cidade de Barra do Bugres, bem próximo, a uma distância de oito a dez quilômetros, no máximo, um confinamento ou um semi-confinamento de bovinos. Eu gostaria imensamente de contar com o apoio de V. Ex^a e dos demais colegas Deputados: Deputado Hermínio J. Barreto, Deputado Carlão Nascimento, Deputado Silval Barbosa; enfim, todos os Deputados desta Casa que estiverem conosco em Barra do Bugres, para que nós possamos, então, no período da tarde, fazer uma visita a uma rede de confinamento de ração para boi naquela cidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados, para apresentar uma Indicação, a pedido da Câmara Municipal de Araputanga:

Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado a necessidade de pavimentação asfáltica do trecho da MT-175, entre as cidades de Araputanga e Reserva do Cabaçal, numa extensão aproximada de quarenta e dois quilômetros.

Com fulcro no Artigo 245 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, após ouvido o soberano Plenário, proponho à Mesa Diretora que seja enviada uma Indicação ao Exm^o Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, mostrando a necessidade de pavimentação asfáltica do trecho da MT-175, compreendido entre as cidades de Araputanga e Reserva do Cabaçal, numa extensão aproximada de quarenta e dois quilômetros.

JUSTIFICATIVA

O Município de Reserva do Cabaçal é o único situado no Vale do Jauru que ainda não recebeu ligação asfáltica.

Como celeiro invejável de multiprodução agrícola e criação de gado, os meios de transportes têm sido dificultados, pois o trecho de aproximadamente quarenta e dois quilômetros da MT-175, compreendido entre Araputanga e Reserva do Cabaçal, se encontra em péssimas condições de tráfego, dificultando o processo de saída dos produtos produzidos na região.

Ademais, os investimentos no Município também ficaram prejudicados, já que as empresas, até por motivo de economia, preferem municípios com acesso facilitado.

Motivado pela vontade crescente de ver o nosso Estado melhorando a qualidade de vida do nosso povo, esperamos que a presente reivindicação sensibilize meus nobres Pares desse Parlamento, aprovando a presente indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de novembro de 1999.

Deputado HERMÍNIO J. BARRETO - PL.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estaremos na cidade de Rondonópolis, amanhã, inaugurando a Penitenciária da Mata Grande.

Essa penitenciária, Sr. Presidente, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Silval Barbosa, Deputado Everaldo Simões, foi questionada pela sociedade da nossa cidade... É evidente que se for feita qualquer pesquisa numa cidade de porte médio, ou cidade grande deste Estado, e se perguntar à sociedade se ela é favorável à construção de uma penitenciária, evidentemente ninguém vai ser favorável à construção de uma penitenciária, mas, infelizmente, a cidade, em 1983, ganhou a construção dessa penitenciária do então

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Governador, hoje Senador Carlos Gomes Bezerra. Não tenho nada contra a pessoa e a figura do eminente Governador à época, mas a cidade poderia ter outras obras importantes, até no setor industrial - o distrito industrial daquela importante cidade até hoje não tem a sua infraestrutura. Quando tivemos a honra de ser Prefeito daquela cidade, nós iniciamos o asfaltamento do distrito industrial e, agora, numa parceria entre Prefeitura, empresários e o DVOP, está se fazendo, aos trancos e barrancos, a infra-estrutura do nosso distrito industrial. No entanto, já que se deu início à construção da penitenciária, ela deveria ser terminada.

Passou o Governo de Jayme Campos, que construiu mais de 70% da penitenciária, e, agora, nesse Governo, amanhã será entregue a penitenciária da cidade de Rondonópolis e de todo o Sul de Mato Grosso.

Nós já questionamos quanto ao aumento de policiais na Região Sul, e um pelotão especialmente para a Penitenciária da Mata Grande. Inclusive, há alguns dias estivemos acompanhando aqui a Associação das Esposas de Policiais Militares da cidade de Rondonópolis, que reclamam que hoje o policial trabalha 24 horas e folga apenas 24 horas, para depois voltar ao trabalho novamente. Nós estamos insistindo, e o Comandante Renato nos confirmou hoje que mais setenta policiais irão para formar um Pelotão Especial para a Penitenciária da Mata Grande.

Amanhã também, Deputado Humberto Bosaipo, nós iremos discutir com o Ministro da Justiça José Carlos Dias, na sede do SEBRAE, em conjunto com a sociedade de Rondonópolis, a questão da segurança aqui no Estado de Mato Grosso. Haverá diversas associações presentes, discutindo e remetendo documentos, dando sugestões ao Ministro... Uma das melhores sugestões a ser apresentada amanhã pelos clubes de serviços, pelas Lojas Maçônicas da cidade de Rondonópolis, será a transformação do Posto da Polícia Federal em Delegacia da Polícia Federal lá na cidade de Rondonópolis - uma luta de muitos anos da sociedade, e nós queremos fazer coro aqui, reforçando o pensamento da população da cidade de Rondonópolis.

E eu espero que essa penitenciária seja dotada de um setor industrial dentro da própria penitenciária, de uma escola industrial, que o Ministro vai anunciar amanhã, para que os detentos tenham ocupação, para que possam ser reintegrados à nossa sociedade depois que cumprirem a sua pena.

Eu encerro dizendo que estaremos amanhã nesta inauguração, mas, com sinceridade, a contragosto. Nós preferíamos estar na inauguração de uma universidade, de um *campus* da UNEMAT, com a oferta de melhores cursos para a cidade de Rondonópolis... Mesmo assim, o dinheiro do povo é que foi gasto lá, e esperamos fiscalizar, para que seja uma penitenciária humana, uma penitenciária de trabalho para os presos daquela região e de todo o Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Esta Mesa designa o Deputado Hermínio J. Barreto para representar a Assembléia Legislativa no ato de inauguração da Penitenciária da Mata Grande, em Rondonópolis.

Com a palavra, o Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, nós solicitamos a suspensão da Sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Deferido, nobre Deputado.
(SUSPENSÃO ÀS 17:55 HORAS E REABERTA ÀS 18:13 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Está reaberta a presente Sessão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o nobre Deputado Nico Baracat.
O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar um Projeto de Lei:

1º) PROJETO DE LEI:

Cria o Município de Santa Rita do Trivelato, desmembrado do Município de Nova Mutum, com anexação de áreas dos municípios de Rosário Oeste e Sorriso.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o município de Santa Rita do Trivelato, com sede na localidade do mesmo nome, com área territorial desmembrada, parte do Município de Nova Mutum, parte do Município de Rosário Oeste, e parte do Município de Sorriso.

Art. 2º O Município de Santa Rita do Trivelato será constituído de um só distrito, o da sede, e terá os seguintes limites: “inicia na confluência do Córrego Mocorozinho com o Rio Teles Pires, segue pelo Rio Teles Pires acima até a barra do Ribeirão Piabas, de coordenadas geográficas 14°17'38,74”S e 54°48'53,46”WGr; deste ponto segue pelo Ribeirão Piabas acima até a barra do Córrego Fundo, daí segue por este Córrego acima até a sua barra no Córrego Achu, segue pelo Córrego Achu acima até a sua cabeceira, de coordenadas geográficas 14°22'06,66”S e 55°02'09,90”WGr; deste ponto segue por uma linha reta até a cabeceira do Córrego Grande, de coordenadas geográficas 14°22'10,44”S e 55°02'53,23”WGr; daí segue por este Córrego abaixo até a sua barra do Rio Cuiabá Bonito, segue por esse Rio abaixo até a barra do Rio Cuiabá da Larga, deste ponto segue por esse Rio acima até a barra do Córrego Limoeiro, daí segue por este córrego acima até a sua cabeceira, de coordenadas geográficas 14°15'16,22”S e 55°13'44,67”WGr; deste ponto segue por uma linha reta até a cabeceira do Ribeirão Beija-Flor, de coordenadas geográficas 14°14'42,19”S e 55°15'23,04”WGr; daí segue pelo espigão divisor de água das cabeceiras dos Rios Novo e Verde e dos Córregos Pilão, Quilombo, Tapera e Alegre, até a barra de um Córrego sem denominação com o Córrego Alegre, de coordenadas geográficas 14°05'13,91”S e 55°26'09,82”WGr; segue pelo Córrego Alegre abaixo até a sua barra no Rio Verde, daí segue pelo Rio Verde abaixo até a sua barra no Ribeirão do Moderno, deste ponto segue pelo Ribeirão do Moderno acima até a sua barra no Córrego sem denominação, de coordenadas geográficas 13°22'08,71”S e 55°42'48,99”WGr; segue por este Córrego acima até a sua cabeceira, de coordenadas geográficas 13°22'45,01”S e 55°38'34,99”WGr; deste ponto segue por uma linha reta até atingir a cabeceira mais alta do Córrego Mocorozinho, de coordenadas geográficas 13°22'01,20”S e 55°37'52,67”WGr; daí segue por este Córrego abaixo até a sua barra no Rio Teles Pires, ponto de partida desta descrição.”

Art. 3º Os limites do Município de Nova Mutum, criado pela Lei nº 5.321, de 04 julho de 1988, passam a ser os seguintes: “inicia na confluência do Córrego Giant com o Rio Arinos, daí segue pelo Córrego Giant acima até a barra do Córrego Braço da Aliança, segue por este Córrego acima até a sua cabeceira, de coordenadas geográficas 12°52'29,74”S e 56°32'29,00”WGr; deste ponto segue por uma linha reta até a cabeceira

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

do Córrego Guará, de coordenadas geográficas 12°52'56,76"S e 56°30'07,60"WGr; segue por este Córrego abaixo até a sua barra no Rio São Cosme e Damião ou Marapé, daí segue por este Rio acima até a sua cabeceira, de coordenadas geográficas 13°27'21,01"S e 56°06'39,27"WGr; deste ponto segue por uma linha reta até a cabeceira do Córrego Piúva, de coordenadas geográficas 13°27'07,12"S e 56°04'46,32"WGr; segue por este Córrego abaixo até a sua barra no Ribeirão Ranchão, segue por este Ribeirão abaixo até a sua barra no Rio Verde, daí segue por este Rio acima até a barra do Ribeirão do Alegre, segue por este Ribeirão acima até a sua barra no Córrego sem denominação, de coordenadas geográficas 14°05'13,91"S e 55°26'09,82"WGr; deste ponto segue pelo espigão divisor de águas das cabeceiras dos córregos Tapera, Pilão, Águas Claras e Pilãozinho até a cabeceira do Córrego Santana, de coordenadas geográficas 14°00'24,71"S e 55°36'40,75"WGr; daí segue por este Córrego abaixo até a sua barra no Córrego Água Fina ou Fria, segue por este Córrego abaixo até a sua barra no Rio Novo, daí segue pelo Rio Arinos abaixo até a sua foz com o Córrego Giant, ponto de partida desta descrição."

Art. 4º Os limites do Município de Rosário Oeste, fixados pelo Decreto-Lei nº 545, de 31 de dezembro de 1943, passam a ser os seguintes: "inicia na confluência do Ribeirão Grande com o Rio Cuiabá, daí segue pelo Ribeirão Grande até a sua cabeceira na Serra das Araras, de coordenadas geográficas 15°14'38,97"S e 56°36'34,29"WGr; deste ponto segue pelo espigão divisor de águas da Serra das Araras até a cabeceira do Ribeirão Retiro, de coordenadas geográficas 15°32'20,02"S e 56°56'07,71"WGr; deste ponto segue por uma linha reta até a cabeceira do Córrego Água Limpa, de coordenadas geográficas 15°32'37,44"S e 56°56'46,29"WGr; daí segue pelo Córrego Água Limpa abaixo até a sua barra no Rio Jauquara, segue pelo Rio Jauquara abaixo até encontrar a Serra do Tombador, no ponde de coordenadas geográficas 15°22'50"S e 56°58'55"WGr; daí segue pelo espigão divisor de águas da Serra do Tombador até a cabeceira do Córrego Bebedouro, de coordenadas geográficas 14°44'35"S e 56°25'24"WGr; deste ponto segue pelo espigão divisor de águas das cabeceiras dos Córregos Xavier, Cocalzinho, e da Água até a cabeceira do Córrego Seco, de coordenadas geográficas 14°45'52,68"S e 56°21'54,96"WGr; daí segue pelo Córrego Seco abaixo até a barra do Rio Cuiabá, segue pelo Rio Cuiabá acima até a sua barra com o Rio Cuiabá do Bonito, daí segue por este Rio até a sua barra do Córrego Grande, segue por este Rio até a sua cabeceira, de coordenadas geográficas 14°22'10,44"S e 55°02'53,23"WGr; deste ponto segue por uma linha reta até a cabeceira do Córrego Açu, de coordenadas geográficas 14°22'06,66"S e 55°02'09,90"WGr; segue por este Córrego abaixo até a sua barra no Córrego Fundo, daí segue por este Córrego abaixo até a sua barra no Ribeirão Piabas, segue por este Ribeirão acima até a sua barra no Ribeirão Jenipapos ou Ariça, deste ponto segue por este Ribeirão acima até a sua cabeceira na Serra Azul, de coordenadas geográficas 14°37'55,97"S e 55°11'17,76"WGr; daí segue pelo espigão divisor de águas da Serra Azul até a cabeceira do Ribeirão Águaçu ou Palmeiras, de coordenadas geográficas 14°33'17,93"S e 55°22'28,92"WGr; deste ponto segue por este Ribeirão abaixo até a sua barra no Rio Manso, segue pelo Rio Manso abaixo até a sua barra no Ribeirão Mutum, daí segue por este Ribeirão acima até a sua cabeceira, de coordenadas geográficas 15°05'02,61"S e 56°04'03,97"WGr; deste ponto segue por uma linha reta até a cabeceira do Ribeirão do Engenho, de coordenadas geográficas 14°58'33,14"S e 56°14'29,06"WGr; daí segue por este Ribeirão abaixo até a sua barra no Rio Cuiabá, segue pelo Rio Cuiabá abaixo até a sua barra no Ribeirão Grande, ponto de partida desta descrição."

Art. 5º Os limites do Município de Sorriso, criado pela Lei nº 5.002, de 13.05.86, passam a ser os seguintes: “inicia da confluência do rio Verde com o Rio Verde com o Rio Teles Pires ou São Manuel, daí segue pelo Rio Teles Pires ou São Manuel acima até encontrar a barra do Rio Celeste; deste ponto segue por este rio acima até encontrar a MT-242; seguindo por esta no sentido Oeste-Leste até encontrar o Rio Ferro, de coordenadas geográficas 13º21'11,32”S e 55º10'10,43”WGr; deste ponto segue pelo Rio Ferro acima até a sua mais alta cabeceira, de coordenadas geográficas 13º31'28,62”S e 55º07'05,93”WGr; deste ponto segue por uma linha reta no sentido Sudeste até encontrar a confluência do Córrego Matrinchá e Rio Teles Pires; segue por este rio abaixo até encontrar a barra do Córrego Mocorozinho; daí segue por este Córrego acima até a sua mais alta cabeceira, de coordenadas geográficas 13º22'01,20”S e 55º37'52,67”WGr; deste ponto segue por uma linha reta no sentido sudoeste até a cabeceira do Córrego Sem Denominação, de coordenadas geográficas 13º22'45,07”S e 55º38'34,99”WGr; segue por este Córrego abaixo até a sua barra no Ribeirão do Moderno, daí segue pelo Ribeirão do Moderno abaixo até a sua barra no Rio Verde, segue por este rio abaixo até a sua barra no Rio Teles Pires ou São Manuel, ponto de partida desta descrição”.

Art. 6º O município, ora criado, será instalado com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, eleitos simultaneamente com os dos demais municípios já existentes, obedecida a legislação vigente.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A autodeterminação de uma população deve ser respeitada, quanto aos seus anseios político-administrativos. O movimento popular, conduzido pelas lideranças sociais e políticas, pela emancipação do Distrito de Santa Rita do Trivelato, atualmente pertencente ao Município de Nova Mutum, é a expressão maior dessa vontade, pois conta com a adesão maciça de todas as forças representativas daquela comunidade.

O referido Distrito dispõe dos requisitos exigidos e de um potencial socioeconômico-financeiro capaz de garantir e assegurar a sobrevivência e a expansão de seu crescimento e desenvolvimento, com base numa agricultura seguramente próspera e diversificada; numa pecuária de leite e de corte moderna e crescente; num comércio pleno, variado e ávido de desenvolvimento; e numa indústria de semi-transformação, com aproveitamento calcado no extrativismo vegetal, além de outras potencialidades capazes de gerar riquezas e impostos; itens estes indispensáveis à caminhada evolutiva do município em criação, podendo, assim, propiciar à sua população uma condição de vida com qualidade no presente e no futuro.

O fato real é que o Distrito de Santa Rita do Trivelato está inserido numa região - que compreende, entre outros, os progressistas Municípios de Nova Mutum e Sorriso - que atravessa um período de grande prosperidade e acelerado desenvolvimento em todos os segmentos econômicos, cuja tendência, sem dúvida, continuará sendo significativamente ascendente, mercê das excepcionais condições oferecidas pelo setor primário e pelo trabalho de seus pioneiros e da ferrenha vontade de sua gente em alcançar o progresso individual e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

coletivo. Desse modo, fica caracterizado que o Distrito de Santa Rita do Trivelato não foge à realidade regional, apresentando as condições básicas para a sua emancipação, sem, contudo, inviabilizar a continuidade territorial, a sobrevivência econômico-financeira e a autonomia dos municípios cedentes de áreas para a formação do município em processo de instituição.

Num Estado com as dimensões territoriais de Mato Grosso, promover o fracionamento geopolítico, de forma racional e equilibrada, de suas unidades municipais é contribuir decisivamente para o desenvolvimento global e para a melhoria da distribuição da riqueza; é facilitar a arrecadação de impostos; é minimizar as demandas sociais e infra-estruturais; é, enfim, propiciar a abertura de novos horizontes e legitimar a verdadeira cidadania, expressa pelo soberano desejo da população tutelada de gerir seu próprio destino político-administrativo.

Assim, diante do exposto, solicito de meus nobres Pares a acolhida devida e o apoio necessário à aprovação da presente proposição.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de novembro de 1999.
Deputado NICO BARACAT - PMDB

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, duas Emendas de autoria do Deputado Carlos Brito:

1ª) EMENDA ADITIVA:

“Adita ao Orçamento da Secretaria de Cultura, na Lei de Diretrizes Orçamentaria para o ano 2000, de autoria do Governo do Estado, o valor de R\$30.000,00.

Fica aditado no Orçamento da Secretaria de Cultura o valor de R\$30.000,00, no projeto/atividade 1339111410249900, Espaços Culturais Reformados e Restaurados.

Para atender a presente emenda, fica remanejada a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Reserva de contingência
Valor: R\$30.000,00 (trinta mil reais)

JUSTIFICATIVA

A reforma do Relógio da Torre constitui-se um importante resgate da história de Nossa Senhora do Livramento, um dos mais antigos do Estado e considerado o berço da cultura mato-grossense. O baixo custo deste serviço mais que justifica sua execução, pela importância que tem esta recuperação para a história dessa comunidade e do próprio Estado. Nada mais correto, portanto, que se destine recursos para o conserto desse mecanismo cujo valor artístico, arquitetônico e histórico, é inegável.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de novembro de 1999.
Deputado CARLOS BRITO - PSDB”

2ª) EMENDA MODIFICATIVA:

“Altera no Orçamento para o exercício do ano 2000, no Programa de Trabalho da Secretaria de Cultura, texto do Projeto Reforma e Restauro de Espaços Culturais.

Fica alterado o texto do projeto 133911141024, Reforma e Restauro de Espaços Culturais, atividade 1339111410249900, do Orçamento da Secretaria de Cultura, que passa a ter a seguinte redação:

1339111410249900

Estado

META - Espaços Culturais Preservados e Restaurados

(Unid).....3

Reforma do relógio da torre de Nossa Senhora do Livramento.....1

JUSTIFICATIVA

O relógio da torre de Nossa Senhora do Livramento é, sem dúvida, um patrimônio histórico do Município e do Estado. Instalado há mais de cem anos, constitui-se uma peça rara de relojoaria, originária da França, que por décadas marcou o tempo para aquela comunidade. Desconsertado e como que abandonado, transforma-se num testemunho do descaso e preconceito com que se trata a história neste Estado.

Como um povo não vive sem reverenciar e respeitar o seu passado, entendemos que a restauração deste mecanismo se justifica como forma de resgate de nossa cultura e de uma nova postura do Estado, com os testemunhos dos antigos. Uma vez que o Governo mostra esta preocupação ao destinar verbas no Orçamento para preservar e conservar patrimônios culturais, nada mais correto no nosso ponto de vista, que incluir o relógio da torre de Nossa Senhora do Livramento como uma das restaurações que merece ser feita com a máxima urgência, não só pelo baixo custo, mas também para que o tempo não devore de vez o antigo mecanismo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de novembro de 1999.
Deputado CARLOS BRITO - PSDB”

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAÍPO) - Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Não havendo orador inscrito, passemos à Ordem do Dia.

Em discussão todas as Indicações apresentadas na presente Sessão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Silval Barbosa, pela passagem dos quatro anos de emancipação política do Município de Novo Mundo.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando dispensa de Pauta ao Projeto de Lei de autoria do Deputado Jair Mariano, que modifica o Art. 3º da Lei nº 5.365, de 30.09.98.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 278, de autoria do Deputado Jair Mariano, que modifica o Art. 3º da Lei nº 5.365, de 30.09.98. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 277/99, Mensagem nº 48/99, de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa de Desenvolvimento do Agronegócio da Madeira no Estado de Mato Grosso - PROMADEIRA, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 276/99, Mensagem nº 47/99, de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa de Incentivos às Indústrias Têxteis e de Confecção de Mato Grosso - PROALMAT-Indústria e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 5º (LIDO). Em discussão o Artigo 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 6º (LIDO). Em discussão o Artigo 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 7º (LIDO). Em discussão o Artigo 7º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 8º (LIDO). Em discussão o Artigo 8º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Art. 9º (LIDO). Em discussão o Artigo 9º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 10 (LIDO). Em discussão o Artigo 10. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 11 (LIDO). Em discussão o Artigo 11. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 12 (LIDO). Em discussão o Artigo 12. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 13 (LIDO). Em discussão o Artigo 13. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 14 (LIDO). Em discussão o Artigo 14. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Esgotada a matéria da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Nico Baracat...

O Sr. José Carlos Freitas - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAÍPO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, a tempo, eu pedi para discutir o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAÍPO) - V. Ex^a teve o seu pedido decadente. Já havia sido votado e encaminhado à Mesa.

O Sr. José Carlos Freitas - Neste momento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAÍPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estive hoje em uma reunião na Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, com o Secretário Avalone, que levou o pleito de outros segmentos empresariais de Mato Grosso, e ele nos fez uma reivindicação com relação à tramitação dos dois Projetos ora votados.

Há uma desarticulação, Sr. Presidente, do Governo para com suas ações neste Parlamento. Nós entendíamos que havia uma coordenação política deste Governo, e infelizmente eu tive que comunicar ao Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Turismo que os Projetos já estavam aptos e seriam votados, hoje. Não há uma sintonia política entre o Governo e a sua Bancada. E em Projetos dessa natureza, em que há o interesse de dois segmentos importantes do Estado de Mato Grosso, que são os Projetos que tratam do PROALMAT-Indústria, que trata da industrialização do algodão, e do PROMADEIRA, dissemos ao Secretário que ele poderia contar conosco, porque entendemos que mais programas de incentivo devem ser encaminhados a esta Casa, como, por exemplo, uma sugestão que fizemos, hoje, ao Secretário de Indústria, Comércio e Turismo - porque se trata de um segmento que não tem incentivo nenhum - é o Programa da granja de qualidade, que concede incentivos fiscais e que deve ser encaminhado a esta Casa. Foi dado encaminhamento, dentro desse programa, no sentido de se organizar a comercialização, a questão dos impostos, dos encargos, mas ele não foi encaminhado!...

E ainda por cima, Sr. Presidente, há uma outra ação que tem que ser colocada em discussão nesta Casa: o Governo do Estado instalou, desde 1996, o SIFIS Estadual - Sistema

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

de Fiscalização e Inspeção Sanitária, e não há nenhuma orientação no sentido de buscar um entendimento maior para que novas indústrias venham se instalar em Mato Grosso.

Há um entendimento nosso de que é necessário que o Governo se interligue mais com a Assembléia Legislativa, para que haja, de fato, um Líder do Governo que esteja aqui na Assembléia Legislativa num trabalho de sintonia perfeita com o Governo, porque o Governo não sabe o que se passa aqui, principalmente com relação aos seus projetos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, na Sessão do período matutino, hoje, muito rapidamente, ainda no Pequeno Expediente, discorri sobre um assunto deveras polêmico até, e não bem explicado, e disse que na Sessão noturna, que acabou sendo antecipada, eu iria discorrer um pouco mais sobre a questão. Quando me manifestei no aspecto partidário, o fiz publicamente, porque as questões também se tornaram públicas.

Eu vejo que o Brasil atravessa um momento, um processo histórico em que os partidos políticos - todos, sem exceção! - sofrem questionamentos. Todos, sem exceção, do PT ao PSDB, todos os partidos hoje atravessam este momento! Vejo que no PSDB as coisas não ocorrem diferentes.

Então, há toda uma discussão no sentido de que nosso Partido reencontre os princípios programáticos com os quais surgiu, após a Constituinte de 88, onde tínhamos o ideário social-democrata como princípio basilar: a democracia interna, a discussão partidária, em que o não atrelamento aos governos seria uma forma de garantir que institucionalmente tivéssemos um partido forte.

Hoje, está dando para perceber que nós temos essa discussão muito clara. E, por razões que vêm acontecendo tanto em alguns municípios de Mato Grosso, como em nível nacional - nós estivemos no Pará, onde o Governador Almir Gabriel, do PSDB, num embate com o Governo Federal, por outras questões... Mas isso ocorre de uma maneira geral...

Em Mato Grosso, há alguns descontentamentos deste Deputado Carlos Brito, como há também de diretórios municipais, de prefeitos, e nós, em razão de algumas notícias públicas, viemos a esta tribuna manifestar a nossa solidariedade, enquanto Deputado Estadual do PSDB, aos Diretórios do nosso Partido, o PSDB, por situações com as quais comungamos com as mesmas preocupações.

Uma das questões foi com relação a Guiratinga, onde o PSDB ajudou a ganhar eleição, com mais de mil votos de frente para Governador, para Senador, para Presidente da República, Deputados Federais, Deputados Estaduais, que tinha apenas um espaço de governo e acabou por perdê-lo, e o pior de tudo, por uma indicação do PFL, da Oposição. Então, fica difícil não ser solidário com os membros do nosso Partido.

Nós vimos hoje nos jornais o Presidente do Diretório Municipal do PSDB de Alta Floresta, dizendo que aquele Diretório entende que o Partido deve perseguir uma candidatura própria para o pleito de 2000, e alguns companheiros parlamentares - como o Deputado Riva e, segundo um jornal, também o Deputado Pedro Satélite e o Deputado Alencar Soares - manifestaram apoio publicamente à candidatura do Deputado Romoaldo Júnior, que é do PPS... E eu digo que apóio o Governo... Governo é governo, Partido é partido! Portanto, é lícito e legítimo que o PPS defenda as suas candidaturas, como é legítimo que o PSDB procure fortalecer as suas candidaturas; como é legítimo que o Governo procure

contemplar as diversas forças que o compõem. Portanto, o Governo é mais amplo; o Governo é do povo, aliás. O Governo não é nem só dos Partidos de Situação, mas é também dos Partidos de Oposição, porque todos devem satisfação à população; agora, os Partidos não.

Então, em relação a essa questão de Alta Floresta, eu quero aproveitar a presença do Deputado Romoaldo Júnior e dizer, com clareza, que não há qualquer óbice de que, no futuro, no momento adequado, venha o PSDB de Alta Floresta - e não só de Alta Floresta, mas todas as forças políticas do PSDB que puderem - contribuir com a candidatura de V. Ex^a, se assim for uma decisão partidária, que seja feito. O que nós não podemos concordar é que a coisa continue caminhando da forma como está, se imiscuindo coisas do Governo com coisas do Partido. Não digo que é o caso de Alta Floresta, estou dizendo na concepção partidária...

O nosso questionamento é exatamente para que isso ocorra. É normal que os Deputados queiram, são Deputados que atuam na região - imagino eu -, mas é preciso que levem essa discussão para dentro do Diretório Municipal, que discutam com aquela instância Partidária, que convençam o Diretório de que neste momento é melhor compor com o partido político que efetivamente já é aliado em outras circunstâncias para o pleito municipal. Em fazendo isso, nós também estaremos somando voz para defender qualquer candidatura que seja, desde que aprovada pelo regime estatutário, dentro do programa específico do PSDB.

Portanto, a nossa vinda a esta tribuna é com este objetivo: efetivamente resgatar essa discussão político-partidária. O PSDB, nesta Casa, hoje com nove Deputados efetivos, com mais os suplentes que estão no exercício do mandato, somamos doze Deputados, não pode de maneira alguma deixar transparecer que, apesar de ter o maior número de Parlamentares, não tem aqui a “voz tucana” falando em favor dos tucanos, da mesma maneira que entendo que os demais Partidos fazem pelos seus filiados.

Então, eu entendo que as discussões devem ocorrer no campo próprio, que é o campo partidário. O Governo administra as questões de Governo, o Partido administra as questões de Partido.

Eram essas observações que gostaríamos de fazer, e dizer que neste momento de renovação do Diretório Estadual do PSDB esses questionamentos precisam ser levantados. Eu prefiro o questionamento do que a autofagia, daqui a pouco, mais à frente, porque, se esse caminho continuar a ser trilhado da forma como está, vamos nos “arenizar”, assim como outros partidos que passaram pelo Poder neste País e que acabaram vivendo a mesma experiência.

É somente esta observação. Não há qualquer carga de pessoalidade, mas, sim, uma preocupação estritamente partidária. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Romoaldo Júnior.

O SR. ROMOALDO JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não estive na Sessão matutina, mas, logo pela manhã, lendo o jornal *A Gazeta*, recebi com muita alegria a declaração de apoio do Deputado Alencar Soares, que não é só um Deputado do PSDB, é um companheiro, um amigo, foi empresário, foi vendedor da Brahma num período em que participamos também fazendo a revenda da cerveja em Alta Floresta.

Eu não gostaria de ser o pivô da discórdia dentro do PSDB, mas confesso que tenho recebido grandes adesões dentro do PSDB, uma delas do Presidente desta Casa, Deputado Riva, que já esteve em Alta Floresta e declarou total apoio à nossa candidatura a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

Prefeito da Cidade de Alta Floresta, e, também, do Deputado Pedro Satélite, que há pouco se filiou ao PSDB, que já fez um compromisso em nos apoiar e em estar no palanque, e, agora, o Deputado Alencar Soares. Eu espero que alguns companheiros desta Casa, que estão no PSDB, como o Deputado Nilson Leitão e o Deputado Carlão Nascimento, aqueles que militam no PSDB e que conhecem o nosso trabalho em favor do Nortão, em favor de Alta Floresta, possam estar lá na frente, estar juntamente com a nossa candidatura, com o PPS, que por sinal vem dando sustentação e apoio ao Governo Dante de Oliveira, através do Deputado Jair Mariano, do Deputado Humberto Bosaipo e da nossa pessoa.

Então, com satisfação, Sr. Presidente, eu recebi essas três adesões do PSDB e espero, sem dúvida, no ano que vem, até as próximas convenções, contar com o apoio dos Srs. Deputados que queiram ver um prefeito atuante, trabalhando a favor daquele município.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Comunico aos Srs. Deputados que o PPS deverá ganhar mais um Deputado ainda este ano - nós estamos esperando a filiação de mais um Deputado -, e com certeza a nossa agremiação aqui passará a ter, ainda em 1999, quatro Srs. Deputados, nós estamos com essa esperança, antevendo outras adesões no futuro, que nos honrarão muito. E esperamos que o Deputado Romoaldo Júnior seja eleito Prefeito de Alta Floresta, para gáudio desta Assembléia Legislativa, porque já é um Deputado de terceiro mandato.

Gostaria de dizer ao Deputado Carlos Brito para não se preocupar com essa questão partidária de Alta Floresta, porque nem que V. Ex^a não queira, lá, parte do PSDB vai apoiar o Deputado Romoaldo Júnior. É questão local, é questão municipal. E essa mudança que V. Ex^a deseja certamente não será para essa eleição, porque o Deputado Romoaldo Júnior goza da simpatia suprapartidária naquele Município, inclusive do Sr. Governador Dante de Oliveira. Nós vemos claramente que não foi somente o Deputado Alencar Soares quem manifestou esse apoio ao Deputado Romoaldo Júnior - e o PPS agradece ao Deputado Alencar Soares por esse apoio, por essa coragem -, mas nós sentimos a simpatia, também, do Governador Dante de Oliveira, em virtude de o Deputado Romoaldo Júnior ser um fiel companheiro do Governador aqui nesta Assembléia Legislativa.

Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Eu fico satisfeito, Sr. Presidente, por chegar neste momento... Há pouco, a imprensa de Barra do Garças ligou-me para saber se eu confirmava a declaração, e eu disse claramente que confirmava. E falei, também, hoje na TV Mundial, que confirmava, porque eu sou companheiro e amigo do Deputado Romoaldo Júnior há vinte anos. Nós fomos revendedores da Brahma, sofremos juntos muitos anos... Eu estive uma vez em Alta Floresta, a convite do Deputado, que na época não era Deputado, ainda nem pensava em política... Então, nós somos companheiros. E ainda fui mais longe, disse que V. Ex^a é do PPS e que em várias cidades, assim como aqui em Cuiabá, o PPS dá sustentação ao Governo, que V. Ex^a vota favorável a praticamente todas as matérias que o Governo precisa - quando é uma matéria de importância para a comunidade, V. Ex^a apóia o Governo - e que eu não estava vendo nenhuma dificuldade.

Com relação ao outro candidato do PSDB, eu não sei quem é, porque lá é uma coisa à parte, como é uma coisa à parte em Guiratinga, minha cidade natal. Minha irmã é do PFL, ela me apoiou, e eu consegui oitocentos votos lá em Guiratinga. Eu já avisei o Governador, já avisei o Partido que eu vou apoiar minha irmã, se ela for candidata. Eu não

tenho vergonha, fico satisfeito, e tenho certeza e convicção de que vamos fazer o Deputado Romoaldo Júnior Prefeito de Alta Floresta! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu fico feliz aqui em ouvir as diversas explicações pessoais, sem querer entrar no mérito partidário, apoiando suprapartidariamente uma das figuras simpaticíssimas da política do Estado, um Deputado que goza de um conceito muito grande entre todos os Deputados e entre todo o quadro de funcionários desta Casa. Eu diria que o Partido Liberal se renovou lá em Alta Floresta e, hoje, nós estamos hipotecando total apoio lá em Alta Floresta ao Deputado Romoaldo Júnior. O PL lançará uma chapa de vereadores, não exigiu nada, e está apoiando a candidatura do Deputado Romoaldo Júnior, assim como em outros municípios - e lá em Guiratinga é o contrário, o Partido Liberal vai somar com o PSDB.

Então, realmente, é democrático... Nós estaremos apoiando o PSDB em Guiratinga, como em outros municípios nós estaremos apoiando o PSDB, como na candidatura do Deputado Wellington Fagundes lá na cidade de Rondonópolis.

E lá, Deputado Romoaldo, V. Ex^a que é um Deputado jovem, atuante, que está na terceira Legislatura, um brilhante companheiro aqui na Assembléia, em todos os locais que nós conversamos, lá em Alta Floresta, nós sentimos que V. Ex^a tem o perfil do Prefeito que vai preparar Alta Floresta para o próximo milênio.

Meus cumprimentos e que realmente nós possamos estar lá nessa sua campanha, vibrando, levando todo nosso coração e nosso entusiasmo para engrandecer mais essa campanha, que já é vitoriosa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de dizer que concordo com as palavras do Deputado Carlos Brito, e acho que com a habilidade que tem o Deputado Romoaldo Júnior, ele terá condições de conversar com o Partido em Alta Floresta. Seria importante que o PPS, juntamente com o PSDB, buscassem uma candidatura única para que nós pudéssemos tê-lo, realmente, como Prefeito de Alta Floresta. Eu torço para isso e espero que os partidos conversem e se entendam para que nós possamos ter o Deputado Romoaldo Júnior, realmente, como Prefeito de Alta Floresta.

Eu estou usando a palavra, Sr. Presidente, também para colocar que nós estivemos ausentes aqui da Assembléia durante duas semanas, para fazer uma visita de estudos em Cuba, quando tivemos a oportunidade de conhecer todo o sistema educacional de Cuba e também o sistema de saúde, e percebemos que pouca coisa precisamos fazer no Brasil para que nós possamos acabar de vez com a questão do analfabetismo. É realmente pouca coisa. O investimento que Cuba faz, hoje, na área da Educação é de exatamente 30% da Receita daquele País, e nós aqui já estamos investindo 25%.

Portanto, eu acho que o cuidado que vi ali com as crianças, o cuidado que vi com os idosos, são coisas importantes que devem ser aplicadas em nosso País. O sistema educacional, a meu ver, é até democrático, é um sistema que funciona realmente. Um sistema que, inclusive, está sendo implantado no Brasil, mais ou menos nos mesmos moldes, que é a questão da escola ciclada, ou seja, o aluno vai à escola, a série é formada em função da idade do aluno, há um cuidado muito grande com a criança desde o zero até os quatro anos,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

quando ele começa a ir para escola... Então, é um sistema que eu acredito que tem muita coisa para ser aplicada aqui em nosso País.

E também, na semana passada, nós fizemos uma Audiência Pública para discutir a Medida Provisória nº 1.910/11, que trata da faixa de fronteira. De lá nós tiramos algumas decisões, e uma delas é que vamos trabalhar junto à nossa Bancada Federal para que possamos realmente votar essa Medida Provisória e acrescentar naquela Medida alguns avanços. Ou seja, já houve um alcance muito grande desde que foi editada a primeira Medida, que já isentou de fazer a ratificação as pequenas e médias propriedades do Centro-Oeste, e nós esperamos que todas essas propriedades, todos esses títulos que foram emitidos pelo Estado, sejam ratificados pela União, desde que todos eles tenham sido expedidos observando-se sempre a legislação em vigor.

Portanto, é um trabalho que nós começamos na semana passada, o Deputado Wilson Santos é o Relator dessa matéria no Congresso, e nós esperamos que essa Medida Provisória possa ser votada até dezembro, para que nós possamos minimizar um pouco os problemas que acontecem em nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Wilson Teixeira Dettino.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa, assistência, funcionários desta Casa:

Nossa fala vai ao encontro do pensamento partidário. Eu acho que o Deputado Alencar Soares, no sentido de amizade que nós fizemos no Plenário, é muito bom, mas eu tenho certeza de que esta Casa, o próprio PSDB e vários Srs. Deputados vão apoiar a candidatura do Deputado Romoaldo Júnior em Alta Floresta.

Eu e o Deputado Romoaldo Júnior estávamos conversando, nós fizemos algumas indicações para Alta Floresta, e eu tenho certeza de que, como prefeito daquela cidade, ele irá nos atender bem, e nós vamos apoiar também a sua candidatura.

O outro assunto, Sr. Presidente, é que a imprensa já me procurou sobre a questão do nosso projeto de iniciativa popular... Nós vamos começar a colher assinaturas no Estado de Mato Grosso inteiro sobre a questão da proibição da pesca, em todo o Mato Grosso, por dois anos. É um projeto, e nós vamos provar nesta Casa de Leis, técnico. Nós estamos trazendo dois biólogos da Universidade de Campinas e um que talvez venha do Canadá, para provar que a questão da desova do peixe em Mato Grosso acabou, que acabou o ciclo, infelizmente - e é por isso que os peixes de Mato Grosso não atingem mais as medidas que a FEMA tanto procura, hoje, fazer com que os pescadores cumpram.

Para se ter uma idéia, foi feito um levantamento no mês de agosto, no Rio Paraguai, através de uma pesquisa em que se pegou em torno de 622 pintados, e praticamente 90% desses pintados estavam fora das medidas e foram devolvidos ao rio - sendo que 50% desses pintados jogados no rio automaticamente as piranhas comeram...

(O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS FREITAS FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - ...Não sei, Deputado, se foram os jacarés ou as piranhas, mas eu tenho certeza de que o nosso projeto de proibição da pesca por dois anos, nós vamos provar tecnicamente nessa Assembléia Legislativa - com os biólogos de Campinas e um que vem do Canadá para fazer esse estudo em Mato Grosso - que nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

precisamos parar de pescar durante dois anos, senão os nossos filhos não vão conhecer peixe em Mato Grosso mais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, faço uso da palavra nas Explicações Pessoais, aproveitando esse gancho das palavras do meu colega Deputado Wilson Teixeira Dentinho, porque eu não sei se suspender a pesca por dois anos seria realmente suficiente para fazer voltar os peixes aos rios de Mato Grosso. Nós entendemos que é preciso também incentivar o turismo do nosso Estado, e o turismo, Sr. Presidente, gera empregos, por isso nós não podemos afastar o turismo do nosso Estado, mas eu vejo também que a sociedade precisa entender que o jacaré é o maior predador do peixe.

A preocupação do Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Sr. Presidente, é válida, só que nós temos que conscientizar, também, os pescadores da beira do rio, que praticam a pesca predatória, com redes e tarrafas. Infelizmente, é preciso também educar mais os moradores, os pescadores da região ribeirinha...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Convoco o Deputado Silval Barbosa para assumir a direção dos trabalhos, para eu poder apartear o Deputado José Carlos Freitas.

(O SR. DEPUTADO SILVAL BARBOSA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 18:42 HORAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Então, Sr. Presidente, o que eu estou encaminhando não é um projeto de lei, é apenas uma indicação de estudo para a FEMA, para ver a possibilidade de análise, de elaboração de um estudo técnico do povoamento dos jacarés no Pantanal.

Eu já tive a oportunidade, por várias vezes, de pescar no Pantanal, jogar linhada e pegar jacaré. Infelizmente, hoje a situação é essa nos rios do nosso Estado de Mato Grosso, principalmente aqui no Pantanal. A população, Deputado Humberto Bosaipo, é de aproximadamente quatro milhões de jacarés no Pantanal...

O Sr. Humberto Bosaipo - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - ...enquanto nós temos uma população de 1 milhão e 800 mil pessoas em nosso Estado. Então, é praticamente o dobro de povoamento de jacarés. Outra coisa, vai-se incentivar a indústria, o emprego, com a fábrica de calçados, de cintos, de bolsas de couro de jacaré.

Concedo o aparte ao Deputado Humberto Bosaipo.

O Sr. Humberto Bosaipo - Deputado José Carlos Freitas, desde ontem eu acompanho com preocupação essa iniciativa de V. Ex^a com relação aos jacarés, até porque a ictiofauna pantaneira, que V. Ex^a deve conhecer bem, porque diz que é um pescador assíduo, ela não sofre esse tipo de interferência com essa possível sobrecarga de jacarés. Há estudos - eu vou trazer, já pedi a um professor da Universidade para trazer - no sentido de se preservar o jacaré, não de eliminá-lo. Fica parecendo, no seu trabalho indicativo, que V.Ex^a quer fazer o abate de jacarés devido à superpopulação, eu entendi assim...

Ora, há um programa federal, inclusive, incentivando a criação de jacarés em cativeiro. Mato Grosso do Sul, hoje, sai na frente, e a minha preocupação com V. Ex^a é que nós somos Deputados de um Estado onde há uma das maiores reservas ecológicas do mundo,

que é o Pantanal, e imagine a repercussão, para o mundo, se nós sairmos com uma proposta de eliminar jacarés! Mesmo que isso fosse possível, a população mundial, que está de olho no Pantanal, não entenderia essa questão. Se bem que V. Ex^a esteja propondo que o IBAMA faça um estudo de viabilidade, essa é uma válvula muito perigosa... Até para que V. Ex^a não seja mal interpretado no assunto, essa é a minha preocupação.

Eu sugiro que V. Ex^a faça um encaminhamento técnico à Universidade Federal de Mato Grosso, ao Departamento de Biologia, porque já existe um estudo aprofundado, inclusive há professores com doutorado e mestrado nesta área do Pantanal, principalmente no que tange à ictiofauna pantaneira, para que nós não soframos aqui nenhum tipo de represália, porque o Pantanal hoje, Sr. Presidente, é um elo muito forte de recursos para o Estado, por quê? Porque traz recursos internacionais dos turistas. Nós vivemos isso lá na nossa região do Araguaia, Deputado Everaldo Simões.

Aparentemente há uma superpopulação de jacarés, mas há um equilíbrio da natureza. O que nos preocupa, por exemplo, é a entrada de outras espécies no Pantanal, e isso é muito perigoso, como já ocorreu aqui com uma espécie de bagre africano... O tucunaré, por exemplo, que é um peixe das águas do Norte, se porventura cair na Bacia Pantaneira, será um desastre para o Pantanal, porque, na verdade, ele faria um extermínio muito grande de espécies raras! E já tivemos oportunidade de discutir aqui nesta Assembléia Legislativa, inclusive, a pesca ornamental - quando da discussão da Lei da Pesca, tivemos audiências públicas a esse respeito aqui.

Então, quando se tratar de uma matéria dessa natureza, principalmente relacionada ao Pantanal, nós devemos tomar todos os cuidados possíveis, e é o que eu peço a V. Ex^a. Eu sei que a sua intenção é a melhor possível, principalmente na geração de emprego, na geração da agroindústria do couro do jacaré, fazer sapatos, cintos, até produtos de beleza se faz, bolsas e etc., mas nós temos que estar atentos, porque as organizações não governamentais têm um poder de difusão na *Internet* muito violento, e se V. Ex^a for mal interpretado nessa questão, dificilmente V. Ex^a recupera o *status* que tem hoje, de um Deputado atuante, de um Deputado preocupado, inclusive, com as questões ambientais. Essa é a minha preocupação!

Eu louvo a iniciativa, por outro lado, de V. Ex^a ao querer ampliar o mercado de trabalho, a agroindústria, mas eu me preocupo muito - e estou trazendo-a novamente, agora publicamente, aqui neste Plenário - com a questão ambiental, porque ela está muito avançada no mundo.

Eu tenho uma filha de dez anos que não entenderia nunca se eu tentasse explicar a ela que nós temos que fazer abate de jacarés por existir uma superpopulação no rio! Então, eu acho que V. Ex^a deveria caminhar *pari passu* não só com o IBAMA, mas com a FEMA e a Universidade Federal no campo de pesquisa biológica, principalmente nesse assunto. Muito obrigado.

O Sr. Hermínio J. Barreto – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS – Já, já, concederei o aparte ao nobre Deputado Hermínio J. Barreto.

Deputado Humberto Bosaipo, quero parabenizar V. Ex^a pelo aparte, porque V. Ex^a, realmente, é um profundo conhecedor da área ambiental... Eu quero dizer que não sou contra a preservação ambiental do nosso Pantanal Mato-grossense. Agora, eu pergunto a V. Ex^a, como pai: será que sua filha de dez anos iria ficar satisfeita em ver um povoamento de

quatro, cinco, dez milhões de jacarés no Pantanal? Se V. Ex^a fosse levar a sua filha para conhecer um pintado no Rio Cuiabá e não encontrasse nenhum pintado? Há um desequilíbrio muito grande, eu pesco nesse rio há 25 anos... Há 25 anos eu pesco nesse rio e acompanho sempre as questões sobre a pesca no nosso Rio Cuiabá, e, infelizmente, cada vez defendo o estudo para o abate do jacaré, porque a população é muito grande! Os filhos de V. Ex^a poderão não conhecer mais o pintado do Rio Cuiabá...

O Sr. Humberto Bosaipo - V. Ex^a me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Se V. Ex^a tiver oportunidade, V. Ex^a está convidado a ir comigo pescar, e nós vamos pegar um pintado, colocá-lo dependurado...

O Sr. Humberto Bosaipo - V. Ex^a me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS -... na beira do rio, e em cinco minutos eu garanto que ele será devorado por um jacaré.

Eu concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Humberto Bosaipo - Eu vou dispensar o convite de V. Ex^a, porque nós estamos na época da Piracema... (RISOS) Portanto, não poderei pescar com V. Ex^a, no que pese a sua companhia para mim ser muito agradável, porque V. Ex^a é uma das pessoas que eu preso muito. Agora eu entendi, V. Ex^a realmente defende o abate de jacarés - era isso que eu queria entender...

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - O estudo do abate!

O Sr. Humberto Bosaipo - O estudo do abate! Muito obrigado.

O Sr. Joaquim Sucena - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Pois não, Deputado.

O Sr. Joaquim Sucena - Há aproximadamente dez anos, houve uma grande cruzada no nosso Estado de Mato Grosso - e, conseqüentemente, com a população pantaneira - contra a matança indiscriminada dos jacarés, porque os coureiros, que eram bolivianos, invadiam o espaço do Pantanal brasileiro e aqui promoviam grandes matanças de jacarés. Isso provocou um desequilíbrio, o aumento exagerado da piranha, que é a presa natural dos jacarés nos rios, e essa superpopulação de piranhas é que desencadeou um processo de desequilíbrio ecológico que foi a causa exata de se entrar com todas as forças no combate à matança indiscriminada de jacarés.

Há pouco tempo, se V. Ex^a deixasse o peixe, quem comia era a piranha, não era o jacaré. A superpopulação de piranhas, hoje, tem necessidade de ser equilibrada. Esse desequilíbrio ecológico é que tem que ser muito bem analisado, entre presa e predador, para que nós não caiamos, daqui a pouco tempo, numa busca desenfreada de fazer com que a população de jacarés volte a aumentar, porque a população de piranhas está dizimando a pesca e o pescado dos nossos rios.

De modo que colocou muito bem o Deputado Humberto Bosaipo, há a necessidade de estudo - e V. Ex^a busca exatamente um estudo para que possa haver esse equilíbrio ecológico no Pantanal -, é um dos temas que deverão ser assunto desta Casa e, principalmente, de todas as entidades que estão ligadas ao equilíbrio do meio ambiente, ao equilíbrio ecológico, e, principalmente, das entidades governamentais que deverão regulamentar esta matéria.

Então, o nosso aparte é muito mais para que, como disse o Deputado Humberto Bosaipo, possamos não ter, como tivemos há pouco tempo, que fazer uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

campanha para povoar novamente o nosso Pantanal com jacarés, porque a superpopulação de piranhas está dizimando, também, a nossa fauna ictiológica.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Obrigado, Deputado Joaquim Sucena.

Eu quero dizer a V. Ex^a que o jacaré ainda está predominando sobre o povoamento de piranhas. Antes a piranha predominava, hoje o jacaré predomina sobre o povoamento das piranhas no Pantanal...

O Sr. Hermínio J. Barreto - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Com todo prazer.

O Sr. Hermínio J. Barreto - Deputado José Carlos Freitas, V. Ex^a traz para este plenário, parece brincadeira, um dos assuntos mais sérios que começamos a discutir aqui, bem lembrado pelo Deputado Humberto Bosaipo. V. Ex^a traz à tona uma discussão seríssima que chamará a atenção - pena que a grande imprensa de Mato Grosso não esteja hoje aqui -, e realmente tem que haver uma discussão bem ampla dessa questão.

Eu quero dizer - e o Deputado Joaquim Sucena disse há pouco das piranhas que são predadoras da população dos peixes - que há um peixe da Amazônia que foi trazido por pescadores da região Amazônica para o Pantanal, e no nosso Pantanal, na região do Itiquira, foi colocado o tucunaré, e esse peixe é muito mais predador que o jacaré! Numa região que eu conheço, que nós conhecemos, foi colocado numa grande lagoa lá existente e hoje o tucunaré é um peixe predador.

Eu tenho estudado a questão da piscicultura, até porque há uma associação, e enquanto eu fui Prefeito de Rondonópolis, o meu município foi o que mais evoluiu na piscicultura - V. Ex^a se lembra perfeitamente de que Rondonópolis foi destaque no Estado de Mato Grosso. E eu tenho discutido com os Técnicos da Secretaria de Fazenda, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Joaquim Sucena, a questão da redução de ICMS da piscicultura, porque há uma reclamação muito grande... Hoje, paga-se pelo peixe do rio o mesmo ICMS pago pelo peixe daqueles que estão criando o peixe.

E, como disse o Deputado Humberto Bosaipo - inclusive a Universidade Federal do Estado do Mato Grosso do Sul já firmou um convênio com a Universidade Federal do Estado Mato Grosso -, há um estudo avançado na questão do jacaré. Lá, estão criando jacarés em cativeiro; aí sim, está se gerando emprego, está se abatendo jacaré de cativeiro, está se transformando o couro, e o Estado já tem mais de quinhentos empregos diretamente relacionados ao jacaré, por lei, lá no Estado de Mato Grosso do Sul.

Então, realmente, V. Ex^a trouxe, talvez na euforia de pedir o abate do jacaré, para este Plenário, realmente, uma discussão que as organizações não governamentais estarão discutindo conosco, e é bom que se chame a atenção, trazendo a Universidade Federal de Mato Grosso, o seu Departamento de Biologia, para dar uma assessoria a todos nós nessa questão de ter o jacaré para a industrialização, para que realmente haja equilíbrio no meio ambiente.

Então, gostaria de dizer que o pronunciamento de V. Ex^a, que teve aparte do Deputado Humberto Bosaipo, aparte do Deputado Joaquim Sucena, meu aparte, demonstra essa preocupação, e isso é altamente importante. Tenho certeza absoluta de que todos nós vamos chegar a um denominador, fazendo com que haja geração de empregos, mas que, realmente, o Pantanal, que é algo de mais rico que há neste Estado, seja preservado. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Informo, Deputado José Carlos Freitas, que V. Ex^a dispõe de dois minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Eu gostaria de dizer, Deputado Humberto Bosaipo, que eu estarei, na próxima Sessão, mais embasado, vou buscar junto à Universidade Federal de Mato Grosso, através da Faculdade de Biologia, mais dados que possam ajudar no nosso conhecimento e na nossa discussão.

E também gostaria de dizer, Deputado Humberto Bosaipo, que suspender a pesca, talvez, por dois anos não irá atender as questões turísticas do nosso Estado, mas, quem sabe, proibir a venda de peixes para outros Estados da Federação, porque, hoje, infelizmente saem aviões, caminhões... Nós sabemos que se pagando o ICMS, pagando os impostos, os peixes poderão ir para outros Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, grandes centros consumidores... De repente, nós podemos suspender a venda de peixes para outros Estados, e o jacaré poderá aproveitar... Eu pergunto, então, deixo a pergunta no ar, aos Srs. Deputados: a sociedade terá que escolher ou o peixe ou o jacaré. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para informar dois assuntos, rapidamente.

Hoje, na Sessão matutina, o nosso companheiro Deputado Silval Barbosa reclamou, e com muita razão, sobre o descaso do DETRAN com relação ao chefe da CIRETRAN de Guarantã do Norte, que estava sendo acusado de várias denúncias e não havia sido tomada nenhuma providência.

Temos a informar, Deputado Silval Barbosa, que já estavam sendo tomadas algumas providências desde a semana passada, e hoje, às 15:00 horas, foi exonerado o chefe da CIRETRAN de Guarantã do Norte - porque houve lá uma intervenção -, mas essa ação partiu, e quero deixar isso claro, do próprio Governo e não do DETRAN; o que me entristece.

O DETRAN realmente tem deixado muito a desejar, presta um atendimento péssimo aos seus usuários, principalmente aos do interior... Quando se conversa com sindicatos, auto-escolas, despachantes, todos eles estão descontentes com o atendimento do DETRAN. E, realmente, isso nos deixa muito triste, porque nós gostaríamos de ver esse órgão trabalhando com mais afinco. Por exemplo, municípios que têm condições, hoje, de implantar CIRETRANs, que o próprio prefeito bancaria todo o custo, o DETRAN dá parecer negativo, e poderia o município ter uma arrecadação maior, ter uma condição melhor de arrecadação...

Quero aqui, em defesa do Secretário José Antônio Rosa - V. Ex^a hoje acabou citando o nome dele -, dizer que a culpa não era dele e sim do Diretor-Presidente do DETRAN, que tem que demitir o chefe da CIRETRAN de cada município em que há denúncias de falcaturas ou de desvio de dinheiro, e assim por diante...

O Sr. Humberto Bosaipo - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NILSON LEITÃO - Pois não.

O Sr. Humberto Bosaipo - Duas coisas importantes aconteceram aqui, hoje, em relação a esse assunto levantado pelo Deputado Silval Barbosa, que preside esta Sessão.

Primeiro, uma denúncia do Parlamentar de que o Exator de Novo Mundo praticava corrupção, e a cobrança veemente do seu afastamento. Isso mostra a preocupação do Deputado, a sua seriedade com a base política que ele representa - eu quero aqui externar os meus parabéns ao Deputado Silval Barbosa por essa iniciativa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

E a segunda iniciativa, de V. Ex^a e também do Deputado Alencar Soares, que hoje liderou aqui a Bancada Governista e que imediatamente acionou o Governador do Estado. Por comunicação oficial de V. Ex^a agora, o chefe da CIRETRAN de Guarantã do Norte foi afastado... A atitude de V. Ex^a e do Deputado Alencar Soares mostra exatamente que quando se defende o Governo, não se defende o certo e o errado, não; o errado tem que ser condenado mesmo; o Governo não pode aceitar a corrupção em nenhum nível de administração!

Eu, como Deputado, aqui, na Legislatura passada, fiz sérias críticas à CIRETRAN de Barra do Garças, quando o Diretor-Presidente do DETRAN era o Deputado Carlão Nascimento - eu até o convoquei aqui para explicar a malversação do dinheiro público na CIRETRAN de Barra do Garças -, e o responsável, naquela época, foi afastado. É assim que age o parlamentar.

Agora, tanto é louvável o ato do Deputado Silval Barbosa, por essa iniciativa forte, como é louvável o ato do Deputado Alencar Soares, como Líder da Bancada aqui e também do Deputado Nilson Leitão.

Eu quero, Sr. Presidente, fazer esse registro porque eu sou um apaixonado pelo Parlamento, e quando o Parlamento consegue resolver as coisas... Nós Deputados somos aqui o grito do povo, é o povo que nos passa uma procuração dizendo o seguinte: "Você vai ser a nossa voz de representação, a nossa ressonância na Assembléia e no Congresso Nacional." Então, esse é um ganho do Poder Legislativo.

Deputado, parabéns! Parabenizo V. Ex^a, bem como o Deputado Alencar Soares. Muito obrigado.

O SR. NILSON LEITÃO - O segundo assunto, Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade...

O Sr. Carlos Brito - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. NILSON LEITÃO - Pois não, Deputado.

O Sr. Carlos Brito - Deputado, somente para referendar essa situação, exatamente quando se cria esse paradoxo. Quer dizer, lamentavelmente o cidadão é exonerado, ao que tudo indica, por justa razão - e ele era também Presidente do PSDB daquele município... Da mesma forma, entendemos que ao PSDB cabe oportunizar aos companheiros, aos militantes, as condições para que possam exercer a política que o Partido defende. Com certeza, a corrupção, a malversação do dinheiro público não faz parte do programa e dos propósitos do PSDB. Então, com certeza, também o PSDB endossa essa decisão. Nós contestamos quando posições como essa são injustas, descabidas, mas, nesse particular, não é o caso. Muito obrigado.

O SR. NILSON LEITÃO - O segundo assunto, Sr. Presidente, é que eu quero agradecer e, ao mesmo tempo, parabenizar a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, nos nomes do Deputado Humberto Bosaipo e do Deputado Riva, pelo tratamento que vem dando à nossa região, principalmente com a realização desse evento que vai ocorrer amanhã, em Sinop - falo do tratamento especial que oportuniza a Sinop realmente discutir, talvez, o assunto político mais importante do Estado de Mato Grosso...

E o Deputado Humberto Bosaipo trouxe a esta Casa, através do Requerimento aprovado pelo Plenário e acatado pela Mesa Diretora - e amanhã Sinop terá um grande benefício, bem como toda aquela região Norte do Estado, junto com Matupá, Peixoto de Azevedo, Alta Floresta, Juara, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Nova Mutum -, a possibilidade de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.

realmente discutir o Orçamento e o PPA, naquilo que interessa para nossa região, ficando caracterizado que esta Assembléia Legislativa tem tido um comportamento de maturidade, de exemplo para o resto do Brasil, mostrando que todas as cidades de Mato Grosso são importantes para este Parlamento.

Eu quero deixar esse agradecimento, os nossos parabéns para a Mesa Diretora desta Casa e para todos os Deputados que a ela pertencem! E aproveito para convidar, ao mesmo tempo, mais uma vez, todos companheiros desta Casa, para que se façam presentes amanhã, em Sinop. Nós faremos o possível para fazer uma recepção no mínimo saudável, para que de lá V. Ex^{as} possam trazer uma boa imagem da nossa região. Esperamos que aqueles que ainda não conhecem, que também se somem conosco e entendam a vontade que temos de ver aquela região como o melhor lugar para se viver.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Quero agradecer ao Deputado Nilson Leitão pela sua interferência junto ao Governador do Estado, e ao Deputado Alencar Soares, que também se preocupou e interferiu.

Quando eu estava pedindo o afastamento desse Chefe da CIRETRAN, em momento algum eu estava pedindo o seu afastamento para fazer uma indicação de outro nome, uma indicação minha, porque eu não tenho nenhuma pessoa indicada no Governo. Eu estava pedindo, porque era uma pessoa que vinha dando um desgaste muito grande à imagem do Governador do Estado e também de quem o estava apoiando, desgastando a imagem dos Deputados que representam a região - era esse o meu objetivo, porque aquele cidadão realmente vinha lesando a população da nossa região. Assim, também gostaria de pedir, pela influência que têm os Deputados Líderes e por essa interferência, que também levem em consideração, e vamos continuar nesta luta, a questão da Exatonia de Novo Mundo, que está causando um desgaste muito grande para o Governo do Estado - o moço está envolvido na "máfia do Fisco", e isso é um assunto sério.

Quero agradecer a interferência, o aparte do Deputado Humberto Bosaipo, que referendou a minha pessoa - agradeço-lhe de coração, Deputado Humberto Bosaipo.

Não há mais orador inscrito nas Explicações Pessoais.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Alencar Soares, Carlos Brito, Carlão Nascimento, Everaldo Simões e Nilson Leitão; da Bancada do Partido Popular Socialista - Humberto Bosaipo e Romoaldo Júnior; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Joaquim Sucena; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Barakat; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - José Carlos Freitas; do Bloco Parlamentar Autonomia - Hermínio J. Barreto (PL), Silval Barbosa (PMDB) e Wilson Teixeira Dentinho (PSDB).

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Benedito Pinto (EM MISSÃO OFICIAL), Riva (EM MISSÃO OFICIAL), Pedro Satélite (EM MISSÃO OFICIAL), Rene Barbour e André Bringsken, do PSDB; Jair Mariano, do PPS (EM MISSÃO OFICIAL), Moacir Pires, do PFL; Gilney Viana e Serys Shessarenko (EM MISSÃO OFICIAL), do PT; Zé Carlos do Pátio, do PMDB; e Amador Tut (EM MISSÃO OFICIAL), do Bloco Parlamentar Autonomia.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco todos os Srs. Deputados para a Sessão de amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).